



Correio Manhã

19-02-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Justiça

Dimensão: 1744

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4 e 5

PROCURADOR TROCA DCIAP POR ANGOLA

INVESTIGA
MILHÕES
ANGOLANOS
E ACABA
CONTRATADO
PELO BIC

■ **Magistrado** do caso BESA vai para banco da elite do regime de Luanda **PÁGS. 4 E 5**



JUSTIÇA ■ TRANSFERÊNCIA AGITA O DEPARTAMENTO LIDERADO POR CÂNDIDA ALMEIDA

Procurador do caso BE Angola contratado pelo

■ Orlando Figueira pediu licença sem vencimento para ir trabalhar como jurista para o sector privado. Decisão do magistrado está a causar mal

■ DIANA RAMOS/TÂNIA LARANJO/ANA LUÍSA NASCIMENTO

Orlando Figueira, o procurador que investigava o caso 'BES Angola', vai trabalhar para o banco BIC, que tem entre os accionistas Isabel dos Santos. A mudança está a gerar mal-estar na magistratura, sobretudo no DCIAP, onde está colocado.

Questionado pelo CM, Orlando Figueira escusou-se a revelar o nome da nova entidade patronal por ter assinado um acordo de confidencialidade. "Vou para o sector privado, mas garanto que não há nenhuma incompatibilidade ou nenhum impedimento ético ou moral", disse. Confirmou tratar-se de "uma empresa do sector financeiro com ligações à Europa e ao continente africano". Figueira disse que as suas funções serão exercidas "no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais". Sobre os motivos que o levaram a aceitar o cargo, justificou-se com razões "pessoais e financeiras". "Tenho 50 anos, dois filhos na universidade, estou recém-divorciado e os cortes salariais levaram-me a optar."

Pinto Monteiro substituiu o titular do processo 'BES Angola' depois de o Conselho Superior do MP ter concedido a Figueira uma licença sem vencimento de longa duração, a partir de Setem-

bro. Nenhum dos conselheiros foi informado sobre o destino profissional do magistrado, mas a situação causou grande desconfiança. Por isso, quando Pinto Monteiro anunciou a decisão de afastar Figueira, todos os membros que se pronunciaram apoiaram a posição do PGR. ■

"Vou para o privado na área financeira"

Orlando Figueira



FOTOS: JOÃO MIGUEL RODRIGUES



■ Orlando Figueira investigava Álvaro Sobrinho (esq.). Pinto Monteiro afastou-o do processo

PORMENOR

● **O QUE É O BIC?** O banco BIC é uma instituição de capitais luso-angolanos que foi fundada em Maio de 2005. Em 2010, teve um volume de negócios no valor de 6308 milhões de euros e um lucro de 142 milhões. Fernando Teles é o presidente.

Disse que ia para multinacional

● Orlando Figueira só comunicou à hierarquia que iria trabalhar para uma "multinacional", apurou o CM. Antes de decidir afastar o procurador do caso, Pinto Monteiro reuniu-se com Cândida Almeida, directora do DCIAP. No Conselho Superior do Ministério Público, foi também agendada uma reunião para discutir os critérios que deverão estar subjacentes à concessão de licenças. ■

MIRA AMARAL | SEM INFORMAÇÃO

Mira Amaral, que lidera o BIC Portugal, disse ao 'CM' não ter conhecimento da contratação pelo BIC Angola e nem sequer conhecer o procurador Orlando Figueira



TRABALHO | EM PORTUGAL

O procurador Orlando Figueira garantiu ao 'CM' que as novas funções de jurista serão exercidas a partir de Portugal, ainda que fique obrigado a viajar aos PALOP

LICENÇA | ANTECEDÊNCIA

Orlando Figueira diz que pediu a licença sem vencimento com antecedência para evitar criar constrangimentos ao DCIAP magistrado tem em mãos 12 processos



vado por razões estar no DCIAP



Artur Marques está confiante na devolução do dinheiro

Advogado confiante na vitória

Artur Marques, que defende Álvaro Sobrinho nos dois processos - crime em que o banqueiro é visado, acredita que o seu cliente não será acusado. "A Relação teve o mesmo entendimento que eu. Não há indícios de crime", disse ao CM o causídico, que acredita ainda que brevemente serão também devolvidos ao arguido os 18 milhões e os imóveis. "A decisão deve estar para breve e só poderá ser essa. Nesse caso, nem sequer conhecemos os indícios, só sabemos que o crime é branqueamento. Mas esperamos que nos digam qual é o crime a montante", concluiu. ■



Juiz Carlos Alexandre aplicou caução de meio milhão a Álvaro Sobrinho e arrestou-lhe contas bancárias e apartamentos no Estoril-Sol Residence



Pinto Monteiro ordenou uma rápida distribuição do caso a outro procurador

VIDEOMOTA



Num acórdão arrasador para a investigação do Ministério Público, liderada por Orlando Figueira, e também para a decisão do juiz Carlos Alexandre, os juizes da Relação de Lisboa dizem que são "confrangedores" os indícios de crime apresentados para a aplicação das medidas de coacção. Álvaro Sobrinho estava indiciado por branqueamento de capitais e associação criminosa, mas agora vê serem-lhe devolvidos os 500 mil euros que tinha dado como caução. Também poderá voltar a contactar os arguidos do processo, uma proibição determinada pelo juiz a pedido do magistrado que titulava o inquérito. Segundo o CM apurou, em causa

Devolvida a caução de 500 mil euros por suspeita de crimes

está o facto de a Relação ter validado a tese apresentada por Álvaro Sobrinho. Este garante que desconhecia a proveniência dos 3,054 milhões depositados na sua conta do BES em Portugal por Pinto Mascarenhas, responsável por várias empresas do Grupo BES. O dinheiro faria parte do 'bolo' desviado em Angola e que passou por Londres e pela Madeira, mas Álvaro Sobrinho assegurou que no seu caso se tratou do pagamento de um empréstimo. Diz ainda que exigiu aquela forma de pagamento a Pinto Mascarenhas. No recurso, o advogado realçava ainda que mesmo que conhecesse a proveniência do dinheiro os factos não configuravam o crime de branqueamento. ■



Tribunal da Relação de Lisboa revogou caução imposta pelo juiz

APREENDIDOS 18 MILHÕES E NOVE IMÓVEIS DE LUXO

Num outro inquérito que também visa Álvaro Sobrinho, foram apreendidos 18 milhões de euros e nove imóveis de luxo. O crime pelo qual o banqueiro está indiciado é branqueamento de capitais, mas há também um recurso em cima da mesa.

CARTA DO PGR DE ANGOLA DEU ORIGEM A QUEIXA

Uma carta do PGR de Angola a dizer que não havia qualquer investigação visando Álvaro Sobrinho levou Carlos Alexandre a queixar-se à Ordem dos Advogados contra Artur Marques, por violar a conversação entre advogado e cliente. A Relação não lhe deu razão.

RECUSA MOSTRAR RENDIMENTO PARA SE DEFENDER

No inquérito por branqueamento, Álvaro Sobrinho garantiu que os 18 milhões e os imóveis que possuía eram compatíveis com os seus rendimentos. Quando o MP pediu que os revelasse, o banqueiro recusou, alegando que não lhe cabe prova.